

O RENASCIMENTO E AS LÍNGUAS VERNÁCULAS

Castelar de Carvalho

1 – O que foi o Renascimento

Foi um período de extraordinária renovação estética, científica e filosófica, ocorrido na Europa, entre os séculos XIV e XVI.

Havendo começado inicialmente na literatura, na Itália da primeira metade do século XIV, o Renascimento irradiou-se depois para as artes plásticas, a partir do século XV. Alcançou também a ciência e a filosofia.

O termo *Renaissance* surgiu originalmente na França, no século XIX, para definir a grande revivescência das artes em geral, sob a influência dos modelos da Antiguidade Clássica greco-romana, a partir da Itália, entre o penúltimo século da Idade Média e o começo da Idade Moderna.

Costuma-se situar historicamente o início da Idade Moderna tomando-se como referência a queda de Constantinopla, em 1453, ou o descobrimento da América, em 1492. Ao teocentrismo medieval (afirmação do poder da Igreja, subordinação do homem à autoridade clerical) contrapõe-se o antropocentrismo da Idade Moderna (afirmação do homem como ser racional e livre), consubstanciado nos valores de independência e liberdade de pensamento do humanismo renascentista.

Na verdade, do ponto de vista estético-filosófico, o Renascimento começa bem antes do advento da chamada Idade Moderna. A rigor, suas raízes encontram-se no século XIV, nas obras do poeta italiano Francesco Petrarca (1304-1374), precursor da volta ao estudo dos autores clássicos. Petrarca é considerado o primeiro humanista e escritor do Renascimento. Igualmente na Itália, Dante Alighieri (1265-1321), um dos maiores poetas de todos os tempos, é tido, por seus ideais humanistas, como um dos iniciadores da renovação cultural renascentista.

As raízes do capitalismo encontram-se nesse período. Durante o Renascimento houve extraordinário impulso das atividades comerciais, principalmente nas cidades-estado italianas, como Milão, Florença, Gênova e Veneza, importantes centros econômicos e culturais. É a fase do surgimento de uma nova classe social, a burguesia, com seu dinamismo comercial, técnico e científico, a superar o imobilismo do sistema feudal, baseado na fixação do homem à

terra, no cerceamento da atividade econômica e na clausura do pensamento, fatores decorrentes do rígido centralismo clerical e do próprio medievalismo socioeconômico.

Fortalecido o capitalismo nascente, passou este a financiar as atividades culturais e científicas. É a fase da invenção da imprensa, da pólvora e principalmente do astrolábio e da bússola, instrumentos náuticos que facilitaram enormemente as grandes navegações. Estas alargaram os horizontes do mundo de então, projetando a Europa em sua expansão ultramarina colonialista sobre os demais continentes: América, África e Ásia.

Impregnado da influência greco-romana, produziu o Renascimento, em seu apogeu, o estilo de época conhecido como Classicismo. Vejamos, num esboço geral, os principais nomes e obras do período, dividindo-os por áreas de atividade ou de conhecimento.

2 – Representantes e obras

Descobrimientos marítimos

Pela Espanha, o navegador Cristóvão Colombo descobre a América (1492), o mais importante acontecimento político do Renascimento.

Em Portugal, além do Infante Dom Henrique, incentivador e patrocinador das grandes navegações portuguesas, destacam-se os seguintes nomes e feitos. Bartolomeu Dias dobra o cabo da Boa Esperança, no sul da África em 1488. Vasco da Gama descobre o caminho marítimo para as Índias em 1498. Pedro Álvares Cabral descobre o Brasil em 1500, e Fernão de Magalhães realiza a primeira viagem de circunavegação da Terra (1520-1522).

Imprensa

Na Alemanha, Gutemberg inventa os tipos móveis de impressão. Na Itália, o editor Aldus Manutius publica as primeiras edições dos chamados livros de mão (livros portáteis), com obras de autores clássicos. A invenção da imprensa possibilitou uma extraordinária expansão do conhecimento literário, científico e filosófico.

Ciências

Nicolau Copérnico, físico polonês, propõe sua concepção heliocêntrica do universo. Galileu Galilei, cientista italiano, realiza estudos de física e astronomia, confirmando por meio de observações telescópicas a concepção heliocêntrica de Copérnico. Ao contrariar a teoria geocêntrica patrocinada pela

Igreja, Galileu quase foi parar na fogueira da Inquisição. Para escapar da morte foi obrigado a fazer uma retratação pública de suas idéias. Recentemente o Vaticano reabilitou Galileu.

No campo da medicina, Gabriel Falópio, cirurgião italiano, descreve as trompas que ligam os ovários ao útero (trompas de Falópio). Eustáquio, médico italiano, descobre o canal que liga o ouvido médio à garganta (trompas de Eustáquio). Os médicos Miguel Servet, espanhol, e William Harvey, inglês, realizam estudos sobre a circulação do sangue.

Artes plásticas

Na pintura e na escultura, os nomes mais representativos da arte renascentista são os dos italianos Rafael, Leonardo da Vinci e Michelangelo. Suas obras, de inspiração clássica ou cristã, primam pelo equilíbrio de formas e harmonia de cores. Realizaram afrescos na Capela Sistina, no Vaticano. Dentre suas obras destacam-se quadros célebres como *A última ceia* (da Vinci), *A criação de Adão* (Michelangelo) e *A escola de Atenas* (Rafael). Michelangelo é autor de esculturas famosas como *Davi*, *Moisés* e *La Pietà*. Da Vinci, o mais versátil dos três, foi também urbanista, arquiteto e anatomista, tendo pintado o célebre quadro *Mona Lisa* ou *A Gioconda*.

Fora da Itália, destacam-se os pintores alemães Albrecht Dürer e Hans Holbein, retratistas cujas telas se caracterizam pelo realismo físico e psicológico.

Filosofia, política, religião

Martinho Lutero, monge alemão, rompe com a Igreja dando início à reforma protestante. O filósofo Erasmo de Roterdã, dos Países Baixos, escreve *Elogio da loucura*, em 1509, uma sátira ao poder dos príncipes e da Igreja. Maquiavel, italiano, publica, em 1513, *O príncipe*, análise dos fatos e das leis que regem a ação política, bem como dos limites entre a política e a moral. Francis Bacon, filósofo inglês, cria o método experimental, propondo uma ciência aplicada. Montaigne, filósofo e pensador francês, condena os dogmas e o autoritarismo de qualquer espécie em seus *Ensaio*s (1580). Rabelais, pensador francês, defende um humanismo com liberdade de pensamento e de expressão, através de suas obras satíricas *Pantagruel* (1533) e *Gargântua* (1535).

Literatura, teatro

Na literatura, Petrarca é um dos nomes mais importantes. Considerado o primeiro escritor renascentista, consagrou-se o poeta com a obra *Cancioneiro*

(1350), composta de sonetos, baladas e madrigais de inspiração neoplatônica, a maioria em homenagem à sua amada Laura, personagem feminina idealizada e angelical. Dante Alighieri é o outro poeta italiano representativo desse período. Considerado uma glória da literatura universal, é autor da *Divina comédia* (1313), epopéia da condição humana, cujo tema principal é a salvação do homem por meio de sua racionalidade. Beatriz é a sua amada e musa inspiradora.

Em Portugal, o grande vulto do Renascimento é Luís de Camões. Escreveu o poema épico *Os Lusíadas* (1572), em que exalta “o peito ilustre lusitano”, segundo o modelo clássico da *Eneida*, de Vergílio. Como poeta lírico, Camões procura conciliar experiências vividas com a busca do Amor absoluto, na mesma linha do neoplatonismo de Petrarca. Escreveu poemas tanto na medida velha (redondilhas maior e menor) quanto na medida nova (soneto), introduzida em Portugal por Sá de Miranda, outro nome importante das letras renascentistas em terras lusitanas.

Na Espanha, o nome mais representativo é o de Miguel Cervantes, autor da obra satírica *Dom Quixote* (1605), o Cavaleiro da Triste Figura, símbolo do homem universal, que sem deixar de lado suas fantasias, busca o entendimento da realidade e da condição humana.

Na novelística, destaca-se o escritor humanista italiano Giovanni Boccaccio. Sua obra *Decamerão* (1345) apresenta textos em que busca reproduzir a complexidade dos sentimentos humanos.

O teatro em Portugal tem como representante Gil Vicente, que, usando a linguagem popular, descreve e satiriza em seus Autos os aspectos negativos da sociedade portuguesa.

No teatro inglês, o grande nome é o de William Shakespeare. Autor de peças imortais como Hamlet, Macbeth, Júlio César, Romeu e Julieta, Shakespeare apresenta em suas tragédias os conflitos humanos, sobretudo a ambição de poder e de dominação política.

3 – As línguas vernáculas

O Renascimento tinha duas faces: uma voltada para o passado, a Antiguidade Clássica, fonte de inspiração do movimento, e outra fixada no presente e, ao mesmo tempo, por suas características de modernidade, projetada para o futuro.

O gosto do passado revigorou o estudo dos autores gregos e romanos, sobretudo a partir da invenção da imprensa, pois esta facilitou a difusão do conhecimento de um modo geral, nele incluído o dos escritores clássicos. E o latim nunca deixou de ser usado nesse período. Na França, por exemplo, o

latim foi empregado nos tribunais até o século XVI, prática abolida em 1539 pelo Rei Francisco I. No final do século XV, Carlos V, da Espanha, rompeu a tradição de dirigir-se ao papa em latim, preferindo fazê-lo em espanhol.

A fixação no presente, por outro lado, levou o Renascimento, entre outras coisas, à adoção das chamadas línguas vulgares locais (herança dos romances populares, no caso dos idiomas neolatinos) como veículo de afirmação e consolidação dos estados nacionais então nascentes. Nesse sentido, essas línguas funcionaram como fator de unidade cultural e política.

As línguas vulgares eram usadas inicialmente na poesia e na prosa medievais, de feição popular, uma vez que o latim era de uso restrito à esfera dos eruditos. Dante Alighieri, no seu *De vulgari eloquentia* (1303), propõe a adoção de um vernáculo italiano comum, tendo como base a língua literária da Toscana, visando à unificação lingüística e política da Itália. A adoção literária das línguas vulgares pelos intelectuais renascentistas fez com que elas passassem por um processo de nobilitação lingüística e política.

Além disso, os textos oficiais (leis, decretos, ordens régias) passaram a ser redigidos em língua vulgar para que todo o povo deles tomasse conhecimento. Acrescente-se ainda que as edições dos chamados livros de mão contribuíram decisivamente para a divulgação e legitimação da cultura em língua vulgar, quer disseminando textos dos autores contemporâneos, quer divulgando traduções de escritores clássicos, ou ainda publicando dicionários monolíngües e bilíngües.

De todos esses fatores resultou que, ao longo do Renascimento, as ex-línguas vulgares acabaram por adquirir o *status* de vernáculo nacional, dentro do quadro de afirmação nacionalista e política propiciado pelas matrizes da ideologia renascentista.

4 – Principais gramáticas românicas

Todos os autores citados no item anterior escreveram suas obras preferencialmente em língua vernácula, e não em latim. O emprego do vernáculo representa, no caso, um indício importante da afirmação do homem renascentista, tanto do ponto de vista individual como do coletivo. O vernáculo presente nessas obras afirma e consolida lingüística e politicamente os estados nacionais em fase de formação.

Nesse sentido, as gramáticas renascentistas tinham em comum o componente da exaltação nacionalista. Eram descritivas e prescritivas, baseadas no uso culto da língua, ao contrário das medievais, de orientação basicamente especulativa. Como sugere Sílvio Elia (1975:246), a gramática renascentista estava mais para *ars* (prática) do que para *sophia* (teoria).

Inspiradas na gramática latina quanto à terminologia e à doutrina, seus autores procuraram, contudo, adaptá-las às características das línguas modernas, sobretudo nas partes de morfologia e fonética, dando especial atenção à ortografia, já que as línguas vernáculas, além de faladas, eram também escritas.

Vejamos agora um breve quadro das principais gramáticas românicas. Começemos pela Espanha.

Na Península Ibérica, a obra pioneira é a *Gramatica castellana*, de Antonio de Nebrija, publicada em 1492. O próprio título deixa entrever o prestígio literário e político do dialeto da região de Castela, elevado à condição de língua nacional: o espanhol.

Em sua gramática, Nebrija revela a estreita vinculação existente entre língua e nacionalidade, ao afirmar: “Siempre la lengua fue compañera del imperio”. Não é por acaso que o ano de sua publicação coincide com o do descobrimento da América, período em que se inicia a formação do império colonial espanhol. Aliás, neste mesmo ano de 1492, o gramático espanhol publica também seu *Diccionario latino-hispánico*. Em 1495, sai o *Vocabulario hispano-latino*.

Embora vinculado à doutrina gramatical latina, Nebrija apresenta dez classes de palavras, duas a mais que as oito propostas pelo gramático Prisciano. É que Nebrija incluiu o artigo (inexistente em latim) e subdividiu o nome em substantivo e adjetivo.

Ao longo do século XVI foram publicadas outras gramáticas espanholas, a saber: *Gramática castellana* (1558), de Cristóbal de Villalon e *Gramática de la lengua vulgar de España* (1559), de autor anônimo. Nenhuma dessas obras conseguiu superar o pioneirismo e a importância do trabalho de Nebrija, que publicou mais tarde, em 1517, outro livro intitulado *Reglas de orthographia*.

Na França, destaca-se o nome de Pierre Ramée (Petrus Ramus). Tendo rompido em parte com a tradição gramatical greco-latina, expôs suas teorias na obra *Scholæ grammaticæ*, de 1595. Escreveu em 1562 uma *Grammere* do francês, sendo considerado por alguns como o precursor da visão estruturalista da linguagem, devido à sua descrição da língua francesa baseada em critérios formais. Em virtude do desaparecimento dos casos, tomou a flexão de número como referência para a classificação das palavras.

Ramée dedicou especial atenção às relações entre a fonética e a escrita, havendo introduzido as letras *j* e *v* para representar a pronúncia das semivogais do latim vulgar *i* e *u*, respectivamente (*jam*, *virtus*). Essas letras *j* e *v*, desde então, têm sido chamadas de consoantes ramistas.

Outros trabalhos gramaticais surgiram na França, a saber: *Traité touchant le commun usage de l'écriture françoise* (1545); *Le tretté de la grammere*

françoise (1550), de Meigret; *Dialogue de l'ortografe* (1515), de Jacques Peletier; *Défense et illustration de la langue françoise* (1549), de Du Bellay e *Traité de la grammaire françoise*, de Robert Estienne (1557).

Na Itália, a primeira gramática é de autor anônimo, publicada em 1495: *Regole della lingua fiorentina*. Pietro Bembo publica em 1525 *Prose della volgar lingua*. Em 1516, Gian Francesco Fortunio lança *Regole grammaticali della volgar lingua*, em dois volumes dedicados à morfologia e à ortografia. Em 1529, saem duas obras de Trissino: *Grammaticheta*, descritiva e normativa, e *Dubii Grammaticali*, dedicada à ortografia. Em 1533, Marco Antonio Ateneo Carlino publica sua *Grammatica volgar dell'Atheneo*. Em Veneza, é publicada, em 1545, *Regole grammaticali*, de Giacomo Gabriele. É ainda em Veneza que Rinaldo Corso edita, em 1549, *Fondamenti del parlar toscano*. Em 1550, Lodovico Dolci lança *Osservationi della volgar lingua*. Dez anos depois, Giulio Camillo Delminio publica sua *Grammatica* (1560).

Como se vê, a Itália foi fertilíssima em matéria de gramáticas “vulgares”, todas comprometidas com o uso prático da língua, em especial a parte de ortografia.

No caso de Portugal, país de notável unidade lingüística, no qual os conceitos de nação e estado são convergentes desde o século XII, a língua usada por Camões em suas obras representa, naquele momento, um estágio evolutivo de consolidação do galego-português, idioma empregado durante os séculos da reconquista dos territórios em poder dos árabes, portanto, desde os primórdios da nacionalidade lusitana.

Essa nobilitação literária da língua portuguesa, promovida pelo autor de *Os Lusíadas* (1572), vem completar a sistematização gramatical antes efetivada pela publicação de nossas primeiras obras gramaticais: em 1536, a *Gramática da linguagem portuguesa*, de Fernão de Oliveira, e em 1540, a *Gramática da língua portuguesa*, de João de Barros.

Essas duas gramáticas têm em comum o traço nacionalista. Oliveira, no capítulo 4º, recomenda aos portugueses: “melhor é que ensinemos a Guiné ca que sejamos ensinados de Roma”. Tal afirmativa revela consciência do papel reservado a Portugal e à língua portuguesa, veículo da expansão colonial e lingüística da pátria de Oliveira. Barros, por seu turno, acrescenta à sua gramática um *Diálogo em louvor da nossa linguagem*, texto de exaltação da língua e da cultura portuguesas. Esses dois autores têm em comum ainda a concepção de gramática, cuja finalidade, para eles, é eminentemente prática (arte de falar e escrever corretamente), e não teórica.

No que diz respeito à doutrina, apresentam, contudo, pontos de vista diferentes. Embora ambos adotem a terminologia da gramática latina adaptada

à portuguesa, Oliveira revela-se antes um teórico da linguagem, enquanto Barros evidencia-se mais como um pedagogo, marcado por preocupações de ordem didática.

Registem-se, por fim, os nomes de Pero de Magalhães de Gândavo e Duarte Nunes do Leão. Não eram propriamente gramáticos. Gândavo ocupou-se de ortografia, havendo publicado, em 1574, um opúsculo intitulado *Regras que ensinam a maneira de escrever a ortografia da língua portuguesa*. Duarte Nunes é autor de duas obras importantes: *Ortografia da língua portuguesa* (1576) e *Origem da língua portuguesa* (1606). Escreveu obra original para a época, havendo se ocupado de leis fonéticas, etimologias e alterações semânticas, assuntos nos quais revela pendores filológicos e de historiador da língua.

5 – Conclusão

Do esboço traçado neste artigo concluímos que o Renascimento não foi um movimento restrito unicamente à sua época. Com efeito, as raízes da chamada modernidade mergulham profundamente no solo fértil das idéias e das realizações renascentistas. O desenvolvimento do capitalismo, as grandes navegações, as invenções técnicas e científicas, a consciência do poder criativo do homem, a ânsia de liberdade e de afirmação individual, a consolidação das línguas populares e dos estados nacionais, a publicação das primeiras gramáticas descritivas das línguas modernas, todas essas características configuram um quadro em que avulta a figura do ser humano e de sua evolução artística, filosófica, científica, política e moral, ideais do Renascimento, da Revolução Francesa, dos tempos modernos e de todos os tempos da condição humana.

Bibliografia

- BUESCU, M^a Leonor C. *Historiografia da língua portuguesa*. Lisboa, Sá da Costa, 1984.
- ELIA, Sílvio. “Cultura e gramática (a propósito das primeiras gramáticas portuguesas)”. In: *Ensaios de filologia e lingüística*. 2^a ed., Rio de Janeiro, Grifo/MEC, 1975.
- PROENÇA, Graça. *O Renascimento*. São Paulo, Ática, 1998.
- ROBINS, R. H. *Pequena história da lingüística*. Trad. de Luiz Martins M. de Barros. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1988.
